JE editors

·TALKS·

Acompanhe em direto na plataforma multimédia JETV, em www.jornaleconomico.pt

Do papel ao digital: estamos a assistir ao fim do dinheiro físico?
Esperamos por si!

27 maio | 15h00

Convidados: askblue business & technology | vivawallet | eupago

Este suplemento faz parte integrante do Jornal Económico Nº 2094 não pode ser vendido separadamente

21 maio 2021 | ESPECIAL

JE O Jornal Económico

ESPECIAL

FUTURO DO DINHEIRO

DIGITALIZAÇÃO EM MARCHA ACELERADA

Os ativos virtuais têm cada vez maior aceitação dos agentes económicos, com especial destaque para as criptomoedas, que vieram para ficar, pela mão institucional dos bancos centrais ou dos agentes de mercado que garantam confiança. A desmaterialização do dinheiro é já um dado adquirido, para um futuro próximo, tendo em conta a multiplicação de ferramentas que já podemos utilizar e quando a inovação está longe de estar esgotada.

ANÁLISE
A era do 'contactless', quando menos quer dizer mais ● II

TECNOLOGIA
Fintechs querem mais criptomoedas em pagamentos e gorjetas ● IV

TRÊS PERGUNTAS A
João Freire de Andrade
Presidente da Portugal Fintech
A disrupção em toda a cadeia de valor do dinheiro ● V

FÓRUM
Como analisa o desenvolvimento de criptomoedas e de soluções para a digitalização do dinheiro? ● X

OPINIÃO

Tudo na palma da mão

SHRIKESH LAXMIDAS
Diretor-Adjunto

O cliente entra na loja, pega nas frutas e legumes e coloca no saco. Sem passar pela caixa, sem tocar na carteira, no dinheiro, no cartão ou no smartphone, sai da loja como se nada fosse. Furto flagrante? Hoje, sim, mas num próximo futuro não. Ficção científica? Ainda, mas por pouco tempo. Para a transformação dos meios de pagamento digitais a pandemia foi como o turbo. Nada como dar um exemplo. Em setembro do ano passado, a Amazon lançou um sistema de pagamento com a palma da mão. O cliente passa a mão por cima de um leitor, sem tocar em nada, e o pagamento é aprovado. O sistema Amazon One está a ser lançado de forma acelerada nas lojas do grupo de Bezos, prova de como a inovação conduz à rapidez, à segurança e à conveniência - a santíssima trindade do dinheiro moderno. Aliás, até falar em dinheiro parece antiquado num mundo em que as criptomoedas estão a deixar de ser apenas alvo de investimento especulativo para fazerem parte de portefólios institucionais. A aceitação dessas moedas virtuais como forma de pagamento está a crescer, embora a pegada de carbono que a Bitcoin e companhia deixam esteja a provocar um debate animado.

O próximo grande passo são as moedas digitais dos bancos centrais (as CBDC, na sigla em inglês). Um recente inquérito do Bank of International Settlements revelou que a maioria dos bancos centrais as estão a desenvolver e que daqui a três anos um quinto da população terá acesso a essas moedas. As vantagens são tremendas para os utilizadores, mas os riscos para os bancos comerciais são significativos. É por isso que a Fed e o BCE estão a desenvolver os projectos com muito cuidado, de forma a não colocar em causa a estabilidade financeira. Vão demorar, mas as CBDC são inevitáveis.

ANÁLISE

A era do 'contactless', quando menos quer dizer mais

A pandemia habituou-os às inovações nas formas como pagamos. As próximas estrelas deverão ser o '1-click' o 'QR code' e o uso do 'blockchain'.

SHRIKESH LAXMIDAS
slaxmidas@jornaleconomico.pt

Numa inédita época de distanciamento social e de cuidados sanitários, tudo o que se pode fazer por via remota ou sem contacto é uma mais-valia e ganha adesão.

O mundo do dinheiro e dos meios de pagamento não foi exceção, com tecnologias como o *contactless*, o MB Way e as transações de e-commerce a brilharem, em detrimento do uso do *cash* físico e das caixas Multibanco.

"O setor dos pagamentos, pela sua natureza dinâmica e competitiva, está numa fase de profunda e acelerada transformação e se já nos últimos cinco anos os pagamentos eletrónicos e o comércio digital tinham assistido a um crescimento exponencial, este movimento ganhou uma preponderância ainda maior no último ano", disse Teresa Mesquita, Chief Marketing Officer (CMO) da SIBS.

De acordo com os dados mais recentes do SIBS Analytics, o comércio online está cerca de 51% acima dos níveis registados no "antigo normal", quando representava 10% do total das compras, sendo que este valor chegou a representar 18% em fevereiro de 2021, situando-se atualmente nos 15%.

"O MB Way continua a assumir-se como um dos métodos de pagamento mais convenientes e seguros, tanto nas compras físicas como nas compras online e atualmente é quatro vezes mais usado do que antes da pandemia", explicou Mesquita.

Para Fernando Carvalho, administrador da Unicre, que emite cartões com a marca Unibanco e que através da Redunicre oferece soluções de pagamento de marcas como a Visa ou Mastercard, o destaque vai para os pagamentos *contactless*.

Enquanto que no arranque do ano de 2019, a quota de utilização do *contactless* no total dos pagamentos digitais era de apenas 4%,, esse valor cresceu, ainda que timidamente, para 13% em março de 2020 – no início da pandemia, explicou.

"Contudo, a partir daí a sua utilização disparou para 42% em março deste ano e acreditamos que continue a crescer – até porque os portugueses já reconhecem a simplicidade, rapidez e segurança que este método traz ao ato de pagamento", adiantou o administrador da Unicre. "É nossa convicção que, até ao final do ano, o *contactless* alcance mais de 50% do total de pagamentos digitais em Portugal".

A adopção de novas tecnologias passa quase sempre, inicialmente, pelas gerações mais novas, mas a pandemia veio acelerar o espalhar do uso através da sociedade.

"Sentimos um incremento muito significativo na percentagem de clientes que utiliza meios de pagamento mobile", disse Ricardo Madeira, diretor de inovação e digital do Crédito Agrícola, que em 2019 lançou a moey! uma aplicação de serviços como pagamentos mobile a clientes com Apple Pay, *wallet* de Android e MB Way.

"Este aumento, esperado nas gerações mais novas, acabou por ser transversal à base de clientes de um modo geral", vincou. "

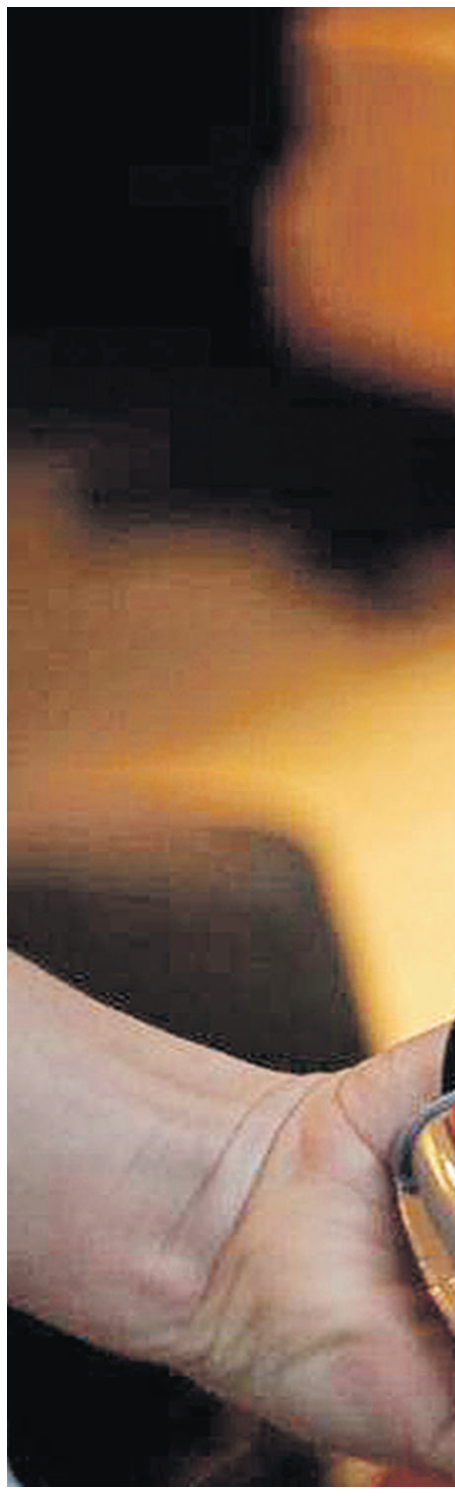
A nossa previsão é de que esta tendência se mantenha e que exista mesmo um efeito de "contágio" entre clientes, assegurando que nos próximos anos estes pagamentos passem a ser o meio de pagamento dominante".

> "É nossa convicção que, até ao final do ano, o 'contactless' alcance mais de 50% do total de pagamentos digitais em Portugal", vincou Fernando Carvalho, da Unicre

FERNANDO CARVALHO
Administrador da UNICRE

RICARDO MADEIRA
Director de inovação e digital do Crédito Agrícola

TERESA MESQUITA
Chief Marketing Officer da SIBS



O futuro: 1-Click, QR Code e blockchain

Se o *contactless* e o MB Way foram as principais estrelas dos meios de pagamento durante a pandemia, não faltam tecnologias que podem vir a brilhar no futuro.

"Um exemplo é a simplificação dos pagamentos em contexto de compras recorrentes ou de lojas de confiança dos utilizadores. É possível manter os mesmos níveis elevados de segurança no pagamento ao mesmo tempo que se torna a jornada mais fácil para o comprador, através de compras *1-click* ou até automatização da compra", disse Teresa Mesquita, da SIBS.

Outra tendência clara é a utilização de QR Codes nos pagamentos. A SIBS foi pioneira em Portugal e na Europa na adoção do QR Code de forma generalizada em terminais de pagamento e viu essa estratégia recompensada quando os consumidores preferiram formas de pagamento touchless em lojas, adiantou.

"Acreditamos que os QR Codes se irão generalizar, numa convergência entre o comércio online e o comércio offline", vincou, dando como exemplo a possibilidade de ler um QR Code num anúncio na rua para encomendar o produto anunciado.

"Se cruzarmos isto com realidade aumentada as possibilidades são imensas", sublinhou Mesquita.

Fernando Carvalho, da Unicre, referiu que além da generalização dos pagamentos através da tecnologia *contactless* e do comércio electrónico, vamos assistir a uma maturação dos processos de *machine learning*,

"Vão permitir identificar padrões e mudanças de comportamento do consumidor no ato transacional e, consequentemente, adaptar as soluções às reais necessidades dos nossos clientes", disse.

"Por fim, mas não menos importante, o setor financeiro vai continuar a apostar na garantia de segurança dos pagamentos à medida que a evolução tecnológica se vai desenrolando, e neste processo a tokenização de transações (através do blockchain) terá fundamental importância, uma vez que vai possibilitar tratar e proteger dados sensíveis, reduzindo o risco de fraude cibernética e gerando maior confiança junto dos consumidores", vincou Carvalho.

"Caminho não se faz sozinho"

Questionados sobre como as autoridades governamentais ou regulatórias podem ajudar o desenvolvimento dos meios de pagamento em Portugal, os três gestores realçaram que tem de ser um esforço conjunto do ecosistema.

"Portugal ainda está atrasado no processo de adoção de meios de pagamento digitais, comparativamente aos congéneres europeus", alertou Ricardo Madeira, do Crédito Agrícola.

Vincou, no entanto, que este é um desafio não só para o Governo e reguladores, como para todo o sector e cadeia de valor.

"Precisamos de identificar os desafios e as barreiras e apontar caminhos para soluções eficazes". disse.

"Do lado institucional, é necessário continuar a promover a acessibilidade generalizada a soluções de pagamentos digitais inovadoras e seguras; promover a informação e literacia no que a estes temas diz respeito e contribuir para um enquadramento regulatório que continue a promover a inovação nos pagamentos", acrescenta.

> **"É crucial que sejam criadas as condições necessárias para que Portugal se coloque na liderança da adoção de pagamentos eletrónicos", alertou Teresa Mesquita, da SIBS**

Promoção também é a palavra-chave usada por Fernando Carvalho, da Unicre.

"O grande desafio passará por uma maior promoção da transformação digital junto do tecido empresarial português, por forma a que este consiga acompanhar as rápidas mudanças que a evolução tecnológica e a pandemia estão a trazer à nossa sociedade, e que ao nível dos pagamentos têm sido bastante evidentes, na medida em que cada vez mais pessoas querem utilizar o seu dinheiro de forma digital, simples, rápida, mas mantendo a segurança de sempre".

Salientou que, contudo, "este caminho não se faz sozinho, sendo necessária uma maior concertação entre Governo, reguladores e setor privado na definição das medidas que melhor concretizem o processo de transformação digital da nossa economia".

Teresa Mesquita lembrou que a SIBS opera num mercado dinâmico e competitivo, onde os avanços tecnológicos se conjugam com um quadro regulatório que promove um mercado europeu aberto para pagamentos, eliminando barreiras nacionais.

"Vemos com agrado um suporte cada vez maior da aceitação e utilização dos pagamentos eletrónicos, em prol da digitalização, e acreditamos que este suporte poderá ainda ser reforçado", adiantou.

Salientou que Portugal tem ainda um caminho a percorrer em matéria de pagamentos eletrónicos, ainda que sejamos um país aberto à inovação, com soluções de pagamento pioneiras a nível internacional, e com uma população de *early adopters*, como demonstram os mais de três milhões de utilizadores do MB Way.

"É crucial que sejam criadas as condições necessárias para que Portugal se coloque na liderança da adoção de pagamentos eletrónicos", alertou a gestora.

"Enquanto empresa líder em soluções de pagamento e financeiras assentes em tecnologia (fintech), continuaremos a disponibilizar o nosso *know-how* e a nossa tecnologia para oferecer cada vez mais soluções de pagamento digitais eficazes e convenientes, garantindo a sua adaptação de forma ágil aos novos hábitos de consumo e às novas necessidades dos atores económicos e da população em geral, sempre em segurança", concluiu a CMO da SIBS.

TECNOLOGIA

Fintechs querem mais criptomoedas em pagamentos e gorjetas

A startup portuguesa Classihy, que criou um sistema para digitalizar o dinheiro extra dado a colaboradores de restaurantes e hotéis, está a estudar um mecanismo para que os consumidores o façam com moedas virtuais.

MARIANA BANDEIRA
mbandeira@jornaleconomico.pt

As fintechs, oriundas da Quarta Revolução Industrial, fizeram com que a gestão do dinheiro passasse a poder ser feita por smartphone, os balcões dos bancos perdessem relevância e as transferências deixassem de exigir números de conta, bastando os de telefone. Mas, ultrapassado o estigma de que seriam o inimigo da banca, estas empresas tecnológico-financeiras querem mais soluções internacionais em Portugal e moedas virtuais nas compras rotineiras.

Sebastião Lancastre, fundador e CEO da Easypay, não duvida de que foram as fintechs que permitiram às empresas ter hoje sistemas de pagamentos mais simples e eficientes. No ano em que irrompeu a pandemia, e negócios tradicionais como farmácias tiveram de criar canais de venda online, mais 5.100 clientes aderiram à Easypay, o que representou um disparo homólogo de 86%. "Por outro lado, muitas empresas tradicionais decidiram finalmente acelerar o processo de digitalização dos pagamentos apresentando desafios nos pagamentos aos quais a Easypay desenvolveu respostas adaptadas às necessidades de cada um", afirma ao Jornal Económico (JE). A instituição financeira garante que irá vai manter o foco na inovação para poder disponibilizar aos comerciantes uma maior taxa de conversão no momento de pagar. É disso exemplo o "processo de *check-out* sem fricção nos pagamentos", que será alargado a outras plataformas de *e-commerce* além do Shopify, através de novos *plug-ins*, até ao final do ano.

Segundo a Associação Ação para a Internacionalização (AAPI), o que explica o "enorme crescimento" destas empresas nos últimos anos é o facto de, "ao contrário" dos chamados incumbentes, as fintechs põem na sua proposta de valor "tornar mais fácil a vida das pessoas e das instituições sempre primeiro, possibilitando o acesso a serviços de qualidade e à resolução de problemas com segurança e rapidez".

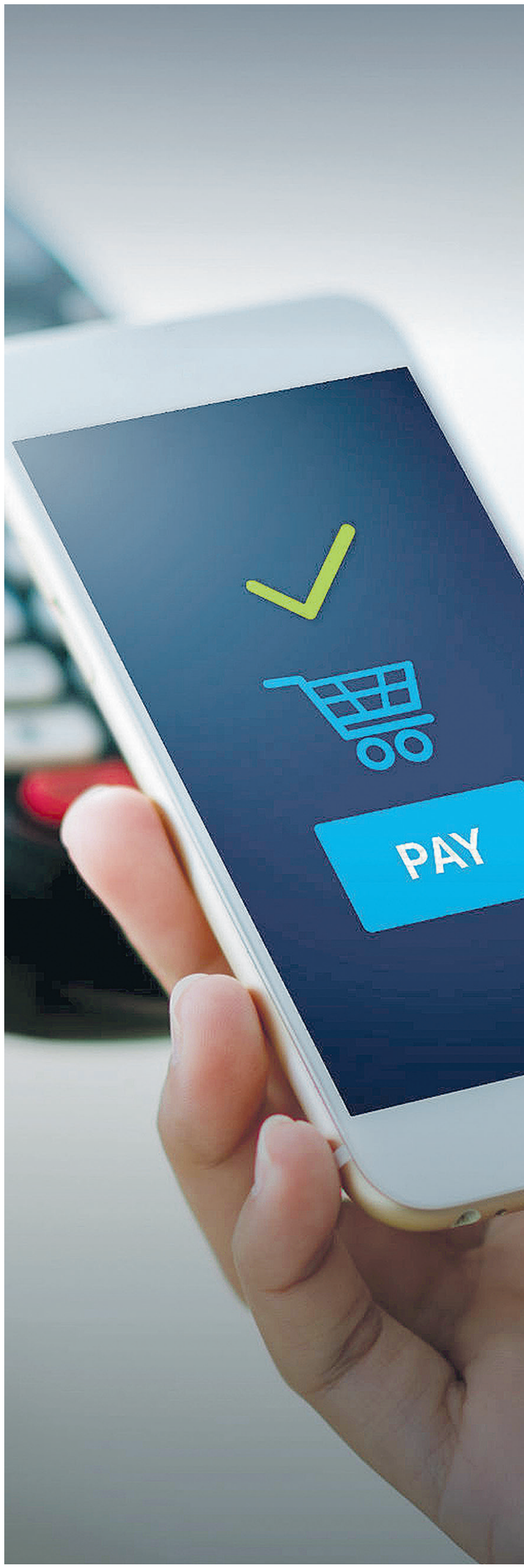
A Viva Wallet, que opera com terminais de pagamento inteligentes, trabalha com diversas empresas portuguesas para permitir que nos seus TPA façam pedidos de mesa, recebam pagamentos com cartão e emitam faturas. Contudo, o *country manager* em Portugal da fintech grega alerta para que a inovação poderia ir mais além. "O mercado nacional de pagamentos tem tido alguns atrasos na disponibilização de soluções digitais por estar muito focado nas nacionais. Por exemplo, os pagamentos *contactless* (sem contacto), ou soluções como a Apple Pay ou a Google Pay, *standards* fora de Portugal, tardiamente chegaram ao nosso país", adverte Pedro Saldanha.

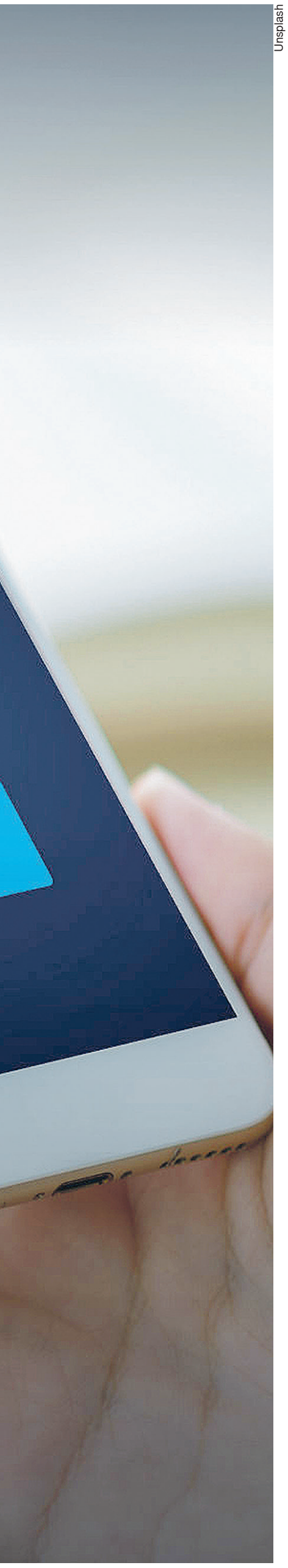
A startup portuguesa Classihy digitaliza aquele dinheiro que damos quando queremos porque queremos - gorjetas – sem que os consumidores tenham de instalar mais apps no telemóvel. A empresa desenvolveu um sistema de *feedback* direcionado para negócios através do qual o cliente pode avaliar (na prática elogiar, pois só há classificações positivas) os funcionários de restaurantes e hotéis e gratificá-los por QR *code*. Ou seja, as gorjetas podem ser mais digitais do que apenas acrescentar a "tip" no terminal de pagamento. Só em 2020 houve mais de 2 mil empresas da restauração e hotelaria a juntar-se à plataforma e cerca de 12 mil utilizadores, pelo que o próximo passo será alargar a outros sectores, como entregas, saúde ou retalho.

> No ano em que irrompeu a pandemia, e negócios tradicionais como farmácias tiveram de criar canais de venda online, mais 5.100 clientes aderiram à Easypay

O confundador Miguel de Melo considera que a digitalização do dinheiro ainda está repleta de incerteza e apela à redução no valor das transações bancárias. "Falta ainda vulgarizar a utilização das criptomoedas em pagamentos do dia a dia. Estas estão a ganhar um papel cada vez mais preponderante na vida financeira das pessoas, mas ainda não têm expressão em termos de utilização no quotidiano. Estamos a estudar os mecanismos que possibilitem as gratificações digitais diretamente com criptomoedas, em vez de utilizar a moeda de um determinado país", avançou ao JE.

O empreendedor Diogo Mónica trata as moedas digitais por "tu" e, mais do que envolver os cidadãos neste ecossistema, pretende que as instituições invistam nele. O cofundador e CEO da Anchorage Digital, que foi aprovada como banco de criptomoedas nos Estados Unidos, refere que a interação entre empresas e criptomoedas tem de ser "familiar" e, simultaneamente, "segura para os seus clientes". "Um dos maiores desafios a que as fintech procuram responder é a procura de soluções para o acesso a mecanismos financeiros. Já conseguiram trazer vários serviços financeiros para plataformas móveis, tornando-os mais acessíveis para o público em geral. No entanto, o acesso aos ativos digitais continua a ser limitado. Acredito que a indústria financeira tradicional está no ponto ideal para inovar os seus processos como, por exemplo, otimizar os tempos de liquidação de dívida através de pagamentos além-fronteiras, recorrendo a tecnologias baseadas em *blockchain*", defende.





Unsplash

TRÊS PERGUNTAS A JOÃO FREIRE DE ANDRADE Portugal Fintech

A disrupção em toda a cadeia de valor do dinheiro

O presidente da Fintech Portugal considera que a aceitação dos agentes e a infraestrutura tornam o país apetecível aos colossos da indústria.

JOÃO BARROS
jbarros@jornaleconomico.pt

Qual será o papel das fintech no futuro do dinheiro?
As fintech estão a trabalhar em todos os aspetos da cadeia de valor. Podem ser start-ups, incumbentes, bancos centrais, pode ser qualquer agente. Há as *fiat* (fiduciárias), que são as mais clássicas, mas que têm já a possibilidade de serem transmitidos digitalmente; há também empresas que saíram da temática das fiduciárias e criaram divisas digitais, criptomoedas, que são cada vez mais líquidas, não só pelo capital envolvido, mas também as aplicações que estão à volta delas. Acaba por ser um sistema financeiro que corre à parte, com vasos com o sistema formal. Temos também muito recentemente bancos centrais que têm feito *central bank digital currencies* (CBDC), tentando trazer as facilidades dos dois mundos. A China está muito avançada, o Banco Central Europeu também tem trabalhado muito a temática. Poderá haver alguns cortes na cadeia de valor e na capacidade de armazenamento, ou alterações na camada de transmissão do dinheiro. Em toda a cadeia de valor de criar e guardar dinheiro, as fintechs terão uma influência infraestrutural, mas também de transmissão, das aplicações que as pessoas estão a usar para interagir, o ponto de contacto. Não é por acaso que os bancos começaram a cobrar comissões no MBWay, é porque querem que as pessoas continuem a usar o homebanking, um ponto de contacto muito importante. As fintech também estão a atacar essa camada, do contacto final com o cliente. No fundo, há uma disrupção *end-to-end.*

Qual é o cenário atual das fintech em Portugal?
Como comprova o nosso relatório anual, aumentou o investimento, o número de empresas e o interesse internacional a nível de fusões e aquisições, com colossos mundiais a comprarem ou investirem em fintechs portuguesas. Temos uma grande capacidade tecnológica, apesar do mercado ser pequeno quando comparado com congéneres euro e asiáticos. Isso acaba por afetar a morfologia das nossas fintechs. Temos um sector sobretudo B2B, mas onde acabam por proliferar bastantes start-ups. A infraestrutura para o fintech é muito melhor do que há uns anos. Existe a associação do Portugal Fintech, temos uma maior abertura dos incumbentes, o regulador com o Portugal FinLab, incubadoras dedicadas… Tudo acaba por ser um círculo virtuoso. Há mais fintechs, mas também há mais serviços para as fazer crescer, mais credibilidade, interesse internacional de investidores e utilizadores… diria que nunca se teve tanto desenvolvimento, tanto material ou tanta matéria-prima. Havendo ainda trabalho por fazer, é um ambiente muito mais desenvolvido do que há quatro anos.

O que antecipa para o futuro na área?
A nível mundial, espero que esta tendência continue. A Covid veio acelerar a digitalização do mundo financeiro, com pessoas mais abertas a experimentarem soluções digitais, mais higiénicas, pelo menor contacto. Acredito que se torne algo mais embebido no nosso dia-a-dia – não faz sentido, por exemplo, ir a andar de autocarro e não poder pagar com o meu telemóvel. Isto são temáticas que, a nível mundial, não vão parar e os bancos estão a tentar acompanhar, senão já perceberam que vão perder a camada de contacto com o cliente final. Em Portugal, especificamente, acredito que haverá muito mais cooperação entre incumbentes, bancos e seguradoras, que acabam por ter ainda a maior parte do contacto. Acredito também na criação de fintechs pan-europeias ou globais a entrar em força e questionar alguns mercados até agora muito defendidos por monopólios naturais e artificiais, como nos meios de pagamento e transferências ou nos cartões de crédito e debito. Basta olhar para alguns nomes que estão a entrar em força no mercado nacional e, de alguma forma, a servir de 'abre olhos' para acelerar as agendas de digitalização da banca.

JOÃO FREIRE ANDRADE
Presidente da Portugal Fintech

"A infraestrutura para o fintech é [agora] muito melhor do que há uns anos"

Pagamentos eletrónicos: estará a sociedade preparada para dar o próximo passo?

TELMO SANTOS
CEO da euPago

Um ano de pandemia permite-nos perceber o seu verdadeiro impacto no mundo, na economia e, em particular, nas soluções de pagamentos eletrónicos. Estamos a assistir a uma transformação digital do Estado, das empresas e da própria sociedade mais célere do que seria expectável em dezembro de 2019. Esta mudança forçada coloca-nos muitos desafios que são, pela sua natureza, irreversíveis.
O tema cashless tem sido abordado há vários anos, mas a Covid-19 transformou-o numa necessidade. O dinheiro é cada vez menos físico e a digitalização do setor financeiro tornou-se inevitável. Os bancos já começaram a dar largos passos nesse caminho sem retorno, alguns estão a fechar parcerias com fintechs para melhorar os seus serviços ou para criar sinergias que vão favorecer a digitalização do setor. Tornou-se fundamental a otimização de todos os canais de comunicação para oferecer a melhor experiência ao consumidor/cliente e tornar a relação com este virtualmente mais próxima.
O grande desafio, para além de antecipar tendências e de se ter capacidade e recursos para continuar a inovar na área de pagamentos eletrónicos ou outra área qualquer, passa, também, por continuar a investir na literacia financeira que ainda é uma barreira em Portugal. De acordo com a experiência da euPago em e-commerce, nota-se ainda alguma resistência e desconfiança por parte dos comerciantes que continuam a privilegiar o contacto humano. E isto está fortemente relacionado com a falta de conhecimento e as questões de cibersegurança.
A Autenticação Forte de Cliente (AFC) veio reforçar a segurança nos pagamentos eletrónicos. Além disso, a autenticação biométrica está a crescer nos meios de pagamento. Contudo, a utilização de inteligência artificial e de deep learning é necessária, mas deverá seguir os requisitos internacionais que requerem o cumprimento de procedimentos e a certificação dos sistemas biométricos automáticos de reconhecimento facial.
Os serviços financeiros estão a sofrer mudanças tecnológicas positivas com automação, realidade aumentada e a inteligência artificial. Mas Portugal ainda tem um longo caminho a percorrer neste sentido. Primeiro, é necessário democratizar o acesso a pagamentos digitais junto dos pequenos negócios, que é o que a euPago faz, mas isso passa primeiro pela literacia financeira da sociedade. Se não ultrapassarmos esta barreira, mais difícil vai ser passar à fase seguinte, que já é uma realidade nos países nórdicos. Tudo indica que nos próximos anos iremos continuar a assistir a mudanças profundas nos pagamentos eletrónicos. Mas acredito que um dos maiores desafios está relacionado com a educação digital dos cidadãos, uma regulamentação forte e abrangente e as questões relativas à cibersegurança.

euPAGO
INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO
Com o apoio de

MOEDAS DIGITAIS

Ambiente e 'govcoins' marcam a agenda após disparos das 'cripto'

Os alertas de Elon Musk (sobre o ambiente) e da China (sobre riscos) abalaram moedas como a Bitcoin após meses de ganhos. Moedas digitais dos bancos centrais vão trazer concorrência, mas não para já.

SHRIKESH LAXMIDAS
slaxmidas@jornaleconomico.pt

As más notícias raramente chegam sozinhas, diz o adágio com o qual os investidores em moedas digitais devem estar a concordar nos últimos dias, lamentando a queda repentina das cotações, depois de meses de recordes sucessivos.

Poucas semanas depois de, a 13 de abril, ter estabelecido um novo recorde nos 63.729 dólares, o preço da Bitcoin - a mais emblemática das criptomoedas - negociava ontem abaixo dos 40 mil dólares.

As causas? Foram duas principais. Primeiro, os receios sobre a pegada de carbono deixada pela mineração da Bitcoin já é tema de debate há meses, mas cristalizou-se no mercado a 13 de maio, quando a Tesla anunciou que vai deixar de aceitar a criptomoeda como pagamento, pois a sua criação utiliza combustíveis fósseis, especialmente carvão.

"A Tesla não quis ser indiferente ao fenómeno das criptomoedas e quis envolver-se também neste novo mercado através da aceitação da Bitcoin como meio de pagamente, mas esqueceu-se de que existiam conflitos de interesse", disse Henrique Tomé, analista da XTB.

> A China proibiu ontem as instituições financeiras de fornecerem serviços relativos a transações de criptomoedas

"Não obstante, não me parece que esteja em causa o valor da Bitcoin, mas sim a reputação e a ética da própria empresa", vincou.

O analista da XTB recordou que apesar da Bitcoin ter 12 anos, ainda é um mercado muito recente. "O mercado das criptomoedas representa apenas 2,5% da utilização mundial e os últimos anos têm servido como verdadeiros testes de adaptação deste novo ecossistema a nível global e, por isso, é natural que neste momento também apresentem fragilidades".

O facto de estas questões estarem a ser levantadas poderá fazer com que se procure alternativas mais sustentáveis para o atual método de mineração, sublinhou.

Filipe Garcia, economista e presidente da consultora IMF- Informação de Mercados Financeiros, referiu que os apoiantes da Bitcoin têm argumentos contra as críticas.

"Primeiro, a Bitcoin está a acelerar o processo de disponibilização do produção de eletricidade. O facto de haver maior consumo está a levar para uma transição para energias mais verdes", disse.

"Outros argumentos dizem que o sistema é mais centralizado do que o sistema internacional de pagamentos, que tem imensas máquinas em paralelo e que, no conjunto, gastam mais", adiantou.

Para Garcia, o disparo nos preços de moedas como a Bitcoin e a Ethereum nos últimos meses ainda tem como base o "ângulo especulativo", com os investidores a procuraram ganhos rápidos.

O economista da IMF realçou, no entanto, que a "notoriedade" da Bitcoin teve um aumento significativo, deixando a moeda de ser vista como investimento de nicho.

"É a 'institucionalização' da Bitcoin. O que temos visto é que os *players* dos mercados financeiros mais convencionais têm vindo aos poucos a entrar neste mercado, a ponto de haver contratos de futuros, planos para ETF, e para algumas casas de investimento isto já é uma classe de ativos, inclui-se num portefólio", disse.

A maior aceitação da Bitcoin como forma de pagamento é im-

Reuters

FILIPE GARCIA
Economista

HENRIQUE TOMÉ
Analista da XTB

portante, mas Garcia diz que mesmo quando a Tesla decidiu aceitar a moeda, em março, não era bem "aceitar".

"Não há nada diferente entre aceitar pagamento em Bitcoins, em reais ou em euros. Seria diferente se a Tesla fixasse o preço dos carros em Bitcoin, mas na prática estão na mesma a fixar em dólares", disse.

A segunda causa das quedas dos últimos dias tem precisamente a ver com a reputação e a aceitação da Bitcoin. A China, através da associação nacional de bancos, proibiu as instituições financeira dos país de fornecerem serviços relativos a transações de criptomoedas e avisou os investidores para ficaram longe de um mercado que chamou de "especulativo e disruptivo da ordem económica e financeira".

CBDC a caminho, mas com cuidado

As criptomoedas existentes, privadas, deverão, no médio prazo, ter como correntes divisas soberanas, ou seja, moedas digitais dos bancos centrais (CBDC, na sigla em inglês).

"Os bancos centrais querem acompanhar esta nova tendência do digital que está a ser apoiada pelo mercado das criptomoedas", disse Henrique Tomé, da XTB.

O dinheiro como o conhecemos hoje - a moeda fiduciária ("fiat money") - tem vindo a ser alvo de várias críticas nos últimos anos, acabando por dar sinais de alerta de mudança, adiantou.

As criptomoedas têm tido um papel importante no que diz respeito a esta inovação. Entre os mais de quatro mil tokens existentes no mercado, também existem as chamadas "stablecoins", que no ecossistema das criptomoedas representam o papel do "fiat money", como o dólar americano digital ou um euro digital.

"No entanto, a longo prazo os bancos centrais, se conseguirem inovar, poderão vir a conquistar novamente a confiança daqueles que têm olhado para os cripto-ativos como uma alternativa ao dinheiro convencional que conhecemos hoje em dia", salientou.

Para FIlipe Garcia, os bancos centrais e os governos já perceberam que há bastantes vantagens de poder dotar o dinheiro de outras caracterísitcas que ele hoje não tem.

"Nomeadamente, a capacidade de seguir o rasto do dinheiro, porque nós conseguimos através de uma blockchain saber em que carteiras passou qualquer moeda. Isso, para os bancos centrais pode ser interessante", disse.

"Depois, por outro lado, na blockchain, a maneira como se criam e destroem os tokens, pode dar-lhes ferramentas de política monetária que eles hoje não têm". explicou.

As CBDC podem ter outras características, como um prazo de validade ou poderem só valer em determinadas circunstâncias.

"Exemplo: uma das dificuldades que o governo americano teve na entrega dos estímulos é que não há uma base de dados de contas bancárias nos Estados Unidos que permitisse depositar, portanto tiveram que mandar cheques, o que deu muitos problemas".

Mesmo ao nível fiscal, pode ser muito mais fácil cobrar impostos ou coimas se houver uma conta aberta para cada pessoa no banco central, frisou.

"A China quer, por essa via, encontrar uma alternativa ao dólar, porque o comércio internacional é em dólares. E, portanto, há aqui uma tentativa, através deste tipo de inciativas, de construir uma alternativa ao dólar e ao euro, e isso vai ser uma guerra", acrescentou.

Um recente inquérito do Bank for International Settlements revelou que a maioria dos bancos centrais estão desenvolver CBDC e que daqui a três anos um quinto da população terá acesso a essas moedas.

"A maioria dos bancos centrais não está a abordar isto como uma corrida, isto é um avanço muito grande", disse Agustín Carstens, diretor-geral do BIS, num evento em março, adiantando que "são projetos complexos, que não podem falhar, têm de ter resiliência, pois têm muitas implicaçõe para a arquitetura do sistema financeiro e para a política monetária".

No mesmo evento, Jerome Powell, presidente da Reserva Federal (Fed) dos Estados Unidos, disse que os bancos centrais "precisam e têm obrigação de estar na linha da frente de conhecimento sobre os desafios tecnológicos e perceber os custos e os beneficios".

Em relação a uma moeda digital, explicou que a Fed está a explorar o assunto, mas não está ainda em posição de tomar uma decisão.

"Porque o dólar é a moeda de reserva do mundo, não precisamos de apressar este processo, não precisamos de ser os primeiros a chegar ao mercado", disse. "Um CBDC em dólar poderá ter implicações enormes nos Estados Unidos e no mundo, portanto, podem ter a certeza de que vamos colaborar de forma muito alargada com o público antes de chegarmos a uma decisão.

Filipe Garcia, da IMF, diz que a reticência da Fed é compreensivel. "O banco central não quer fazer ondas no sistema, mas, na realidade, a reticência tem a ver com a hegemonia do dólar, que a Fed não quer arriscar, e para o qual não tem incentivo", disse.

Deste lado do Atlântico, o Banco Central Europeu (BCE) já está um passo à frente nesse processo, tendo anunciado em janeiro que recebeu oito mil respostas na consulta pública lançada em outubro sobre o euro digital .

A análise da consulta será divulgada ainda esta primavera, mas isso não significa que o BCE espera estar em posição de lançar a divisa digital no curto prazo.

Questionado no painel do BIS se isso poderia acontecer em dois ou três anos, Jens Weidmann, presidente do alemão Bundesbank, respondeu: "Esse horizonte é certamente curto demais".

O Futuro do Dinheiro: a estimulação digital

PEDRO SALDANHA
Country Manager,
Viva Wallet Portugal

Há muito que o dinheiro deixou de se cingir a um objeto físico e passou para a esfera digital. A tecnologia tem vindo a acelerar a automatização de processos empresariais, pelo que os pagamentos e a sua digitalização não podem deixar de os acompanhar. Assim sendo, a Banca, que tradicionalmente se focava na prestação de serviços financeiros, deverá posicionar-se cada vez mais em processos empresariais abrangentes, fornecendo soluções de base mais tecnológica. Neste campo, a Banca tradicional tem sentido muitas dificuldades e as Fintech/Neobanks têm ganho e continuarão a ganhar este espaço.

Por outro lado, o caminho traçado pela Europa em relação à uniformização de pagamentos e, por conseguinte, à eliminação de barreiras, veio facilitar as movimentações de fundos e agilizar procedimentos internos de entidades. Existem ainda alguns países, como Portugal, onde o esquema local é o método de pagamento mais usado, mas o acesso ao mesmo por players não locais facilitará também que possa ser utilizado fora do país. Hoje já é possível aceder a débito direto a nível Europeu, mas ainda há muito para fazer para derrubar algumas barreiras.

Em 2010, a Viva Wallet apostou no desenvolvimento tecnológico in-house como competência-chave para criar um sistema de pagamentos sem interrupções e com uma abrangência pan-europeia. A Viva Wallet é uma empresa cujo DNA é o desenvolvimento de soluções inovadoras de pagamentos com valor para o mercado, oferecendo uma experiência omnicanal a clientes empresariais. A verdadeira revolução acontece com a solução Tap On Phone, que permite transformar um telefone Android num TPA, sem necessidade de qualquer dispositivo adicional e do novo check-out online inteligente que seleciona esquemas locais em função da localização geográfica do cliente que está a efetuar uma compra.

Mas a Viva Wallet não só está a trazer soluções inovadoras de pagamentos a comerciantes nacionais; está também a promover a internacionalização de empresas tecnológicas nacionais. Estas podem, agora podem suportar clientes portugueses na sua expansão europeia sem complicações, ou mesmo criar pacotes de negócio, incluindo módulos de pagamentos pan-europeus. Também comerciantes nacionais com operações noutros estados-membros podem gerir toda a sua infraestrutura de pagamentos num só local (tanto em TPA na sua rede de lojas físicas, como em eCommerce).

A pandemia veio acelerar a procura de alternativas e de soluções digitais e inovadoras oferecidas pelas fintechs/neobanks que, para além de uma rapidez, facilidade de implementação e simplicidade de uso, são viáveis no espaço europeu.

Com o apoio de

vivawallet

EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS

Herdeiros do Multibanco aceleram na era digital

A massificação e a multiplicação das soluções eletrónicas de pagamentos são tendências imparáveis, e que em Portugal têm como base a robusta rede Multibanco, que nos anos 80 também constituiu uma revolução na forma de lidar com o dinheiro.

JOÃO BARROS
jbarros@jornaleconomico.pt

A digitalização tomou de rompante as mais variadas vertentes do nosso dia-a-dia e o dinheiro não poderia ser exceção. Seguindo a tendência de cada vez menor componente física, que se vem verificando desde a passagem para moedas fiduciárias, o dinheiro é cada vez mais digital e desmaterializado, sendo que a pandemia e a necessidade de evitar contactos aceleraram a adoção de novas formas de lidar com o mesmo.

Apesar de ter sido um ano atípico, 2020 trouxe algumas novidades no nosso modo de vida que certamente se manterão num mundo pós-Covid. Desde o simples cartão contactless à proliferação das criptomoedas, a pandemia coincidiu com alterações profundas à forma como lidamos com o dinheiro, e isto num contexto de redução da atividade económica. Prova disso são os dados do Relatório dos Sistemas de Pagamento do Banco de Portugal (BdP) de 2020.

Não sendo habitualmente visto como um país de tecnologia de ponta e inovadora, Portugal destacou-se com a adoção da rede Multibanco (MB), ainda na longínqua década de 80. Apesar da implementação tardia, a verdade é que o sistema se afirmou como um dos mais avançados da Europa, permitindo fazer um conjunto de operações como pagar contas de água e luz ou, posteriormente, originar outra inovação através dos cartões pré-pagos de telemóvel.

A verdade é que, apesar dos portugueses estarem longe de imaginar à altura, foi esta rede que assentou os alicerces para o atual paradigma de transações eletrónicas e *homebanking*. Das originais nove caixas automáticos de 1985, o país foi crescendo a sua infraestrutura até chegar às 14.300 registadas em 2020. Ainda assim, a crescente adoção de canais digitais fez a rede MB perder significância, com uma das principais alternativas a surgir precisamente através da SIBS, o MBWay.

Com a rápida transição dos portugueses para estas ferramentas, dada a sua conveniência, e fazendo uso da robusta rede de mais de 393 mil terminais de pagamento espalhados pelo país, foi natural que a aplicação de telemóvel começasse a ser cada vez mais aceite como forma de pagamento. O país dispunha, no final de 2020, de 1,4 caixas automáticos por cada mil habitantes, sendo que os terminais de pagamento perfaziam 38,2, mostram os dados do Banco de Portugal.

No entanto, o ano passado marcou uma inversão na tendência de redução do número de caixas no país, o que sublinha bem a transição para pagamentos eletrónicos e a perda de relevância do dinheiro físico. Outro exemplo é o crescimento dos cartões de pagamento emitidos, que aumentaram 6,4% em 2020. Existiam ao final desse ano 26,2 milhões de cartões em Portugal, o que representa 2,6 cartões por habitante.

O empurrão da pandemia

Outro aspeto relevante em tempos de pandemia foi a proliferação da tecnologia contactless, que permite transações sem a necessidade de código. Originalmente limitada a 20 euros, esta forma de pagamento viu o seu teto subir até aos 50 euros no que primeiro seria uma medida temporária de combate à propagação da SARS-CoV-2, mas que rapidamente foi tornada permanente pelo BdP.

Este foi o empurrão que a tecnologia precisava para se fixar no dia-a-dia dos portugueses, tendo experienciado aumentos de 163% no número de transações e de 271% no valor movimentado em 2020, quando comparando com o ano anterior.

Apesar da evolução, a verdade é que o número de transações com meios de pagamento eletrónicos em Portugal até caiu em termos absolutos em 2020. Após se terem registado cerca de 3 mil milhões de operações com recurso a estes meios em 2019, o ano passado viu apenas 2,7 mil milhões. No entanto, há dois pontos relevantes nesta análise: o aumento no valor global e a comparação entre as quedas nas operações com papel e nas eletrónicas.

Em primeiro lugar, importa referir que o valor movimentado através destes canais aumentou, ainda que ligeiramente, dos 439 mil milhões de euros verificados em 2019 para 441 mil milhões em 2020. Esta subida representa um crescimento de 0,4%, isto num ano em que a atividade económica esteve seriamente condicionada por confinamentos generalizados e restrições que colocaram vários sectores em *stand-by*.

Em segundo lugar, o decréscimo de 9% na quantidade de transações com meios eletrónicos é largamente superada pela queda de 28% no volume de operações baseadas em papel, ao qual acresce igual redução no valor movimentado. Este será, certamente, o melhor exemplo da preponderância acrescida destes canais na nova realidade económica. ●

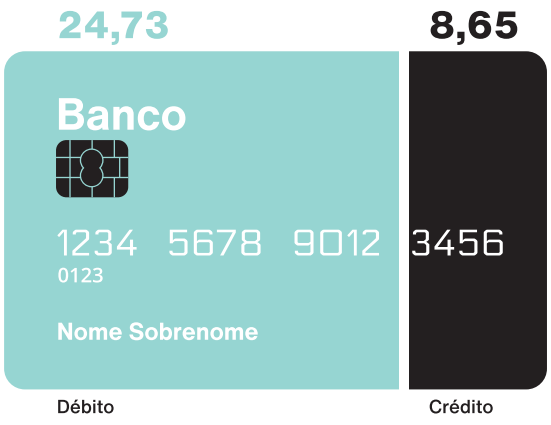
> Portugal dispunha, no final de 2020, de 1,4 caixas automáticos por cada mil habitantes, sendo que os terminais de pagamento perfaziam 38,2, mostram os dados do Banco de Portugal

INFOGRAFIA

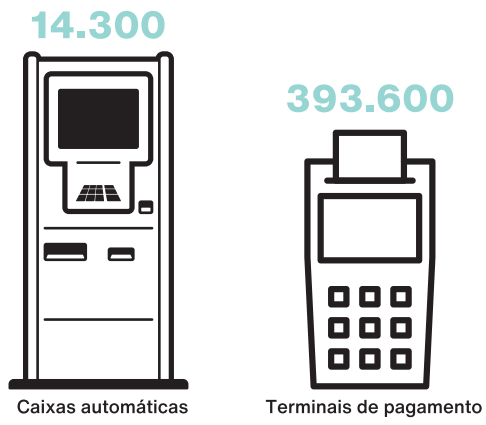
A EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES EM PANDEMIA

Apesar da diminuição da atividade económica no último ano, que ficou marcado por restrições à circulação, a importância dos meios de pagamento eletrónicos assumiu uma preponderância crescente. Um bom exemplo é o aumento do uso de cartões contactless, cujo limite para operações sem código passou de 20€ para 50€.

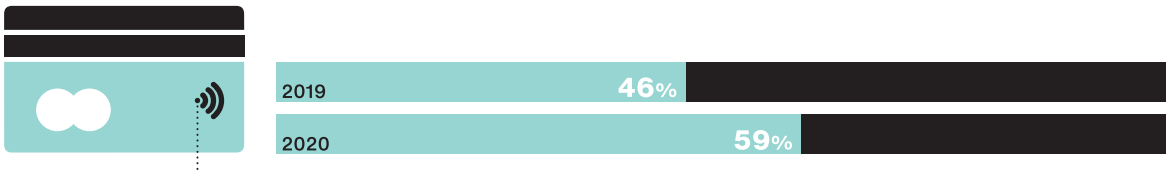
NÚMERO DE CARTÕES EM PORTUGAL
Valores relativos a 2020, em milhões



NÚMERO DE TERMINAIS EM PORTUGAL
Valores relativos a 2020, em unidades



NÚMERO DE CARTÕES COM TECNOLOGIA CONTACTLESS EM PORTUGAL
Valores em %



Cada compra contactless teve um valor médio de 20,6 euros e os principais sectores em que esta tecnologia foi utilizada foram o comércio a retalho e a restauração.

OUTROS INDICADORES
Valores em milhões de euros, exceto quando indicado

	2019	2020
Quantidade de instruções de débito direto (em milhões)	205,28	194,73
Valor das instruções de débito direto	27.880,10	25.165,70
Valor de levantamentos com cartão de pagamento	31.017,70	26.677,90
Valor de pagamentos com cartão de pagamento	29.398,20	29.155,60
Valor de pagamentos de baixo valor com cartão de pagamento	1.270,90	975,50
Valor de compras com cartão de pagamento	51.527,60	46.869,10
Valor de depósitos com cartão de pagamento	5.823,70	4.230,30

Fonte: Banco de Portugal – Relatório dos Sistemas de Pagamentos de 2020

Infografia: Mário Malhão | mmalhao@jornaleconomico.pt

PUB

O vazio nota-se.
Imagine o impacto que o vazio terá na sua marca.

Reserve este espaço publicitário para a sua empresa

O Jornal Económico

FÓRUM

CENTRALIZADAS OU NÃO, MOEDAS DIGITAIS SERÃO UM PROGRESSO INEVITÁVEL

De uma "curiosidade tecnológica" a instrumentos que agitam os mercados, os ativos virtuais têm cada vez mais aceitação dos agentes económicos.

1 COMO ANALISA O DESENVOLVIMENTO DE CRIPTOMOEDAS E DE SOLUÇÕES PARA A DIGITALIZAÇÃO DO DINHEIRO?

2 OS MERCADOS E AS SOCIEDADES ESTÃO PREPARADOS PARA UM RITMO MAIS ACELERADO NO PROCESSO DE DESMATERIALIZAÇÃO DO DINHEIRO?

DIOGO VIANA
Associate Partner | Financial Services Consulting, EY

1. O facto de vivermos numa economia cada vez mais digital faz com que caminhemos para uma sociedade progressivamente mais cashless, onde o dinheiro físico tende a perder relevância. Em particular, no que diz respeito às criptomoedas, é cada vez maior o número de organizações em todo o mundo a utilizar bitcoins e outras moedas digitais para fins de investimento, operacionais e transacionais. No entanto, o seu potencial e as vantagens da sua utilização são ameaçadas pelo facto de serem moedas descentralizadas e de escaparem ao controlo e supervisão dos reguladores. São desejáveis controlos apropriados para evitar que se tornem facilitadoras da atividade criminosa e da evasão fiscal. Isso exigirá um esforço colaborativo de órgãos internacionais, governos e do próprio setor de serviços financeiros.
É também de realçar a instabilidade no preço das criptomoedas, não sendo possível saber ao certo os motivos por detrás das subidas e descidas que vão ocorrendo. É importante que os consumidores portugueses não esqueçam que qualquer perda incorrida com a utilização destes ativos virtuais não está protegida, tal como já avisado pelo Banco de Portugal.

2. Apesar de ainda estarmos longe de uma sociedade totalmente cashless, a pandemia veio acelerar o processo de desmaterialização do dinheiro, algo que já estava visivelmente a ocorrer em Portugal e no mundo. A COVID-19 foi responsável por alterações consideráveis nos hábitos dos consumidores, em particular na forma como compram e como pagam. Estamos a caminhar para uma sociedade desmaterializada que oferece maior conveniência e eficiência nos pagamentos para o consumidor e para os comerciantes. No caso concreto de Portugal, o mercado é já bastante maduro ao nível dos meios de pagamento, sendo espectável que se mantenha o crescimento dos pagamentos digitais no retalho e na sociedade em geral. No entanto, é fundamental que esta evolução continue a focar-se em garantir a segurança de toda a jornada da utilização do dinheiro, bem como a capacidade de continuar a contribuir para a melhoria da experiência do cliente.

JOSÉ CARLOS TOMÁS
Consultor da euPago

1. Apenas dois tipos de moedas digitais têm potencial para vir a desempenhar um papel relevante, as emitidas pelos bancos centrais (CBDC) e as "stablecoins". Estas são "colateralizadas", numa base 1:1, em moedas fiduciárias com curso legal e a mais famosa é a Libra do Facebook.
As CBDC até já existem, mas apenas estão disponíveis para transações financeiras entre os bancos centrais e as instituições que têm acesso aos sistemas de compensação interbancária. O que está atualmente em consideração é a sua disponibilização a particulares e empresas. Tal obrigaria os bancos centrais a desempenharem um papel mais ativo na gestão de sistemas de pagamentos e originaria um risco elevado de quebra do mecanismo de intermediação financeira entre poupança dos particulares e investimento das empresas que é função dos bancos.
Contrariamente, as "criptomoedas" mais mediáticas não são "moeda" porque não têm as respetivas caraterísticas. Não possuem a estabilidade necessária para serem usadas na realização de pagamentos e também não têm curso legal. Não é demais relembrar que o que dá valor às moedas fiduciárias é o facto de serem aceites para o pagamento de impostos pelos Estados que as emitem, sendo que daí decorre a sua aceitação como meio de pagamento pelos outros agentes económicos. A tecnologia "blockchain" também não é apropriada para a realização de pagamentos em tempo real. Como tal, a terem valor, estas "criptomoedas" apenas poderiam ser, eventualmente, ativos. Ora não são ativos físicos. De forma particularmente feliz, o termo "criptomoedas" foi traduzido pelo Banco de Portugal para "ativos virtuais", designação essa que capta, na perfeição a sua natureza.
Por fim, as soluções e tecnologia para acelerar a desmaterialização do dinheiro já existem, mas antes será necessário rever, nos sistemas de pagamentos de retalho, os custos que o aceitante incorre nos pagamentos de baixo valor que ainda representam a maioria dos pagamentos de retalho.

MARIA ANTÓNIA SALDANHA
Country Manager da Mastercard em Portugal

1. As criptomoedas, enquanto ativos digitais, estão a tornar-se uma parte cada vez mais importante do mundo dos pagamentos. Estamos a assistir a esse facto na Mastercard, com pessoas a utilizarem cartões para comprar criptomoedas e utilizadores a tirarem mais proveito dos cartões-cripto para terem acesso a esses ativos e convertê-los em moedas tradicionais. Esta tendência é evidente. É por isso que a nossa filosofia sobre criptomoedas é simples: é uma questão de escolha. A Mastercard tem estado a preparar-se para o futuro das criptomoedas e para a sua utilização nos pagamentos. Ainda este ano, iremos começar a suportar, diretamente na nossa rede, moedas criptográficas selecionadas, estando muito atentos aos ativos que iremos suportar, mantendo-nos fiéis aos nossos princípios relativos a moedas digitais, ou seja, que estas cumprem os requisitos de proteção dos consumidores e estão em conformidade com a legislação dos locais onde são transacionadas. Com 89 patentes de blockchain a nível global e com mais 285 pedidos pendentes em todo o mundo, já temos um dos maiores portfólios de patentes de blockchain da indústria de pagamentos, o que nos dá confiança para fazer com que estes projetos tenham sucesso.

2. Sim, sem dúvida que estamos hoje muito mais bem preparados para a desmaterialização do dinheiro, sobretudo porque a pandemia veio quebrar uma série de mitos sobre a utilização de meios digitais de pagamento. Na verdade, a tecnologia já existia, os níveis de adoção cresciam a bom ritmo, mas ainda havia alguns entraves de cariz cultural que impediam uma adoção mais generalizada. E o que assistimos foi que as pessoas perceberam as vantagens da desmaterialização do dinheiro e aderiram massivamente às soluções que temos ao nosso dispor. Por outro lado, o aparecimento das fintech ou a explosão do e-commerce, do m-commerce e dos serviços online, vieram dar um impulso decisivo, quer na utilização de cartões contactless, quer no pagamento através de dispositivos móveis.

DIOGO PEREIRA DUARTE
Sócio Contratado da Abreu Advogados

1. Quando falamos de cripto-moedas podemos estar a falar de realidades diferentes: as cripto-moedas como a Bitcoin ou a Ether, cujo valor no mercado é volátil e apenas reside em serem considerados valiosos pelos

Reuters

seus adquirentes. Em segundo lugar, as stablecoins (cripto-moedas estáveis), como Tether, em que há geralmente um emitente de unidades de valor que dependem de ativos de referência, depositados junto do emitente ou de terceiro, mediante acordo, para minimizar flutuações no seu valor.
Temos, finalmente, as cripto-moedas emitidas por Bancos Centrais, um registo digital que representa a forma virtual de moeda com curso legal, sendo emitidas pelas autoridades monetárias competentes dos diferentes Estados ou por entidades privadas em parceria com as autoridades monetárias.
O aumento de transações em cripto-ativos do primeiro tipo, a subida acentuada do seu valor de mercado, e o aumento exponencial de produtos financeiros construídos sobre redes peer-to-peer, como a blockchain pública Ethereum, que a elas recorrem, assim como a stablecoins, apontam para a perspetiva de uma aceitação generalizada deste tipo do cripto-ativos como meio de troca ou de investimento. Tudo aponta para que a as transações com dinheiro digital venham a ser efetuadas num cenário concorrencial entre cripto-moedas de circulação estritamente privada (stablecoins, ou não) e as emitidas e garantidas por entidades públicas.

2. No caso das cripto-moedas de primeiro tipo, o risco de perda do investimento é elevado, devido à sua volatilidade, razão pela qual os serviços de intermediação devem ser vistos com bastante cuidado. Não existe ainda um regime jurídico adequado que regula esta atividade e ofereça proteção ao utilizador.
Deve esperar-se para breve o surgimento de legislação Europeia, tendo já sido apresentada pela Comissão Europeia uma proposta de Regulamento sobre o assunto.
No caso das cripto-moedas estáveis, a regulação prudencial do emitente deve ser vista como algo natural, uma vez que estas cripto-moedas são responsabilidade das entidades privadas emitentes e têm as caraterísticas que possibilitarão serem sucedâneo de dinheiro com curso legal, à semelhança do que sucede com a moeda eletrónica.
Pelos riscos associados, a utilização generalizada destas cripto-moedas, em especial se forem cripto-moedas significativas, permitindo a realização de operações transfronteiriças, implicará para breve o surgimento de regulação que possibilite a sua utilização generalizada.
A nossa perspetiva é, portanto, que o processo de desmaterialização do dinheiro tenha de ser ainda acompanhado por regulação que mitigue adequadamente os seus riscos.

RICARDO RODRIGO
Senior Manager da AskBlue

1. Este fenómeno passou em menos de uma década, de um curiosidade tecnológica, a algo significativo na atual sociedade financeira, com a proliferação atual de muitas criptomoedas, destacando-se entre todas elas, a Bitcoin.
A Bitcoin, surgiu como uma consequência da crise financeira emergente nos EUA há mais de uma década atrás, que levou a uma forte descredibilização do sistema financeiro mundial, incluindo, bancos, agências de rating, corretores, entre outros players tradicionais que tradicionalmente continuam a atuar como intermediário do sistema financeiro "tradicional".
É neste contexto, que surge e se desenvolve a "explosão" destas cripotmoedas, a par, do significativo desenvolvimento tecnológico entretanto verificado, nomeadamente, ao nível, do desenvolvimento das redes de P2P e da tecnologia Blockchain (DLT – Distributed Ledger Technology).
As criptmoedas, encontram-se sujeitas a um conjunto de condições para existirem e serem transacionadas, porém, ainda se assiste a uma discussão muito alargada, sobre se estas criptomoedas poderão ser consideradas dinheiro, embora as mesmas, sejam já convertíveis e transacionadas em moedas soberanas através de carteiras digitais por intermediários digitais que atuam nesta área dos criptoativos.
O desenvolvimento de soluções para a digitalização do dinheiro, já decorre há muito tempo, nas áreas de pagamentos e transferências, tendo sido, potenciadas recentemente por novas soluções, como os, pagamentos cashless via cartões contactless ou apps em smartphones, como o MB Way, ou ainda, através das digital wallets das Fintechs.

2. Em sociedades com mercados financeiros mais maduros e evoluídos, com uma boa infraestrutura tecnológica, existirá uma transição mais rápida, para a desmaterialização total do dinheiro físico, tal como, o conhecemos.
As novas gerações digitais, a crescente adoção do comércio digital, os pagamentos e transferências anytime / anywhere através de diferentes soluções tecnológicas, suportarão a confiança, sempre necessária, na adoção deste tipo de disrupções.
Por último, os bancos centrais terão um papel crucial na definição do plano de transição e regulamentação da utilização de dinheiro exclusivamente digital, como se verificou, recentemente, com a adoção da Diretiva PSD2 para a área dos serviços de pagamentos. Na vertente do dinheiro exclusivamente digital, encontramos vários países e respetivos bancos centrais, em fases distintas de lançamento experimental ou planeamento de lançamento das suas moedas soberanas em formato totalmente digital.

NUNO DA SILVA VIEIRA
Sócio Antas da Cunha ECIJA

1. Não podemos falar de Criptomoedas sem fazer referência à tecnologia que está na sua base – a tecnologia Blockchain. Trata-se de uma tecnologia que deve ser encarada como fundacional – e não como disruptiva – por ser capaz de sustentar novos ecossistemas e por redesenhar a forma como nos iremos relacionar financeira e comercialmente no futuro. O desenvolvimento deste tipo de moeda é muito positivo mas a falta de regulação está a criar obstáculos desnecessários – até permitindo a proliferação de moedas selvagens que não é, de todo, um caminho desejável.

2. Tenho muitas dúvidas. Os reguladores ainda não entenderam o impacto deste tipo de tecnologia e os governos têm sido demasiado incumbentes. Salta à vista o interesse da UE nestes temas – com a sandbox regulatória anunciada para 2022 – e a consulta pública ao euro digital. Mais uma vez, terão de ser os privados a desenvolver, e a testar, este tipo de tecnologia, oferecendo impulsos que, lá à frente, os políticos vão ter de encarar. Os mercados começam, agora, a dar sinais de aceitação e algumas sociedades de advogados já entenderam que vão ficar para trás se não se assumirem nesta quarta revolução industrial.

RICARDO MACIEIRA
Head of Growth Portugal, Revolut

1. O desenvolvimento de criptomoedas é reflexo do desenvolvimento tecnológico e do interesse da população na criação e diversificação do seu património. As crises económicas que marcaram a nossa História lançaram as primeiras pedras para o que viria a ser uma verdadeira revolução na área financeira. As crises mais recentes foram um acelerador estratégico para o desenvolvimento e adoção de novos produtos financeiros. Naturalmente, só se massificarão quando se aliar a tecnologia à simplicidade. Maior literacia financeira e digital são estruturais para que exista um terreno fértil à criação destes produtos. Podemos comparar as criptomoedas com o advento da Internet. A Web só ficou gigante a partir do momento em que se aliou o potencial tecnológico à usabilidade, só ganhou dimensão quando surgiram motores de busca. Nas criptomoedas passa-se o mesmo – quem está por dentro sabe que este é o futuro da disrupção na esfera financeira. Mas para chegarmos lá, é preciso descomplicar. Foi assim com o dinheiro físico, com os cartões. As pessoas não têm de dominar a complexidade do sistema bancário ou da produção de notas e moedas e o que representam. Querem apenas um veículo de utilização diária que lhes permita gerir o seu dinheiro ou património.

2. Estamos a caminhar nesse sentido, mas naturalmente os ritmos variam muito em função dos mercados e das realidades de cada país. Há regiões onde a desmaterialização do dinheiro já é estrutural, e outras em que ainda há uma desconfiança generalizada com o uso de plataformas digitais ou outros mecanismos que não o dinheiro físico. E se ainda vemos essas disparidades na Europa, elas existem de forma ainda mais acentuada noutras geografias.
Acredito que as sociedades começam agora a ser mais exigentes nesse sentido, e a pandemia ajudou, de certa forma, a impor algum ritmo na adoção de mecanismos e tecnologias que facilitem a desmaterialização do dinheiro. Mas ainda estamos longe de atingir níveis que reflitam verdadeiramente uma inversão nesta tendência.

O novo paradigma de operação no setor financeiro

A revolução digital em que o setor financeiro se encontra há já alguns anos, tem transformado profundamente os seus modelos de negócio e de operação, e levado ao surgimento de um conjunto de novos conceitos e players, onde encontramos as Fintechs, que inovaram em certos modelos e segmentos de negócio e desafiaram os players tradicionais. O desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação trouxeram-nos também o Cloud Computing, a Inteligência Artificial, o Machine Learning, o Big Data, a Automação Inteligente, entre outras, que se encontram a ser implementadas em diferentes estágio de maturidades nas instituições financeiras.

Em 2019, no período pré-Covid 19, as expectativas para o setor financeiro, de acordo, com os principais analistas e consultoras do mercado, assentavam na passagem do processo de digitalização para o digital, potenciando assim, os investimentos realizados neste últimos anos. Esta realidade de digitalização pretendia a eliminação da quase totalidade dos processos físicos ou analógicos existentes. Em paralelo, proporcionar uma nova geração de gestores com insights, mais aprimorados sobre as nossas verdadeiras necessidades como clientes, derivado de um marketing digital e analítico assente no poder dos dados.

Exemplos destes processos de digitalização, passaram pela aposta na implementação de soluções inteligentes de automação, plataformas de desenvolvimento ágeis em low-code, para automatizar, reduzir ou eliminar as cargas de trabalho complexas ou sem valor acrescentado.

A IA, ainda em fase embrionária, também tinha vindo gradualmente a permitir soluções com análises preditivas e de decisão em tempo real que se transformasse em maior retorno financeiro. Outro desafio, que se encontrava em franco progresso, passava pela segregação entre os sistemas legados e a plataformas digitais, através de novas soluções de micro-serviços, permitindo a inovação, através de novos produtos e serviços, assentes em novas plataformas de colaboração. O Open Banking surgiu neste contexto.

A pandemia revelou-se um catalisador poderoso para algumas destas iniciativas. A necessidade de os clientes continuarem a realizar as suas operações bancárias, e os colaboradores do bancos terem de trabalhar remotamente, criou a tempestade perfeita, para eliminar preconceitos e resistências relativas à confiança no digital.

Tome-se como exemplo, um estudo realizado em 2020, pela GFK em parceria com a VISA, que demonstrou que da amostra de entrevistados, 44% aumentaram as compras on-line e mais de 48% optaram pelo pagamento com cartões com tecnologia contacteless.

Se os clientes rapidamente se ajustaram a uma nova realidade, a própria banca teve também a rápida capacidade de se ajustar e poder comprovar os benefícios do digital na gestão da relação com os clientes e na operacionalização de situações de contingência, como foram, as moratórias de crédito particular e públicas. Podemos afirmar que ainda muito está por concretizar e os desafios são agora ainda maiores, pois na verdade, ainda não deixámos de ter diferentes níveis de sofisticação nos ecossistemas operacionais das nossas instituições financeiras.

RICARDO RODRIGO
Senior Manager na AskBlue

O NOVO NORMAL NO SETOR FINANCEIRO

O novo normal na economia e neste setor em particular, trará novos desafios e tendências, assim como, continuará a acentuar as tendências anteriormente identificadas. Um dos desafios, que a pandemia ajudou a potenciar e alertar ao mesmo tempo, é a questão da regulamentação da cibersegurança e do branqueamento de capitais, e em particular aquelas relacionadas com as novas plataformas digitais associadas à aquisição e gestão dos novos criptoativos.

O crescimento dos bancos digitais móveis é significativo, explorando uma excelente experiência digital móvel, os baixos custos de transferências de moeda estrangeira, ou oferecendo produtos e serviços diferenciadores face aos bancos tradicionais, como, N24 ou o Fidor Bank. A par deste crescimento, assistimos ao mesmo fenómeno, na vertente das carteiras digitais, com diferentes tipos de ativos (fiduciários, criptomoedas, tokens), patricionadas por grandes tecnológicas, fintechs e bancos digitais.

Este crescimento e "normalização" de ativos virtuais nos portefólios de ativos dos clientes, é uma nova realidade, que levou já o Banco de Portugal com o Aviso nº3/2021, a regulamentar o registo de entidades que exercem atividades com ativos virtuais.

Tomando em consideração, este último ponto, vejamos o exemplo do Anchorange Digital Bank, que se caracteriza como o primeiro banco de criptomoedas aprovadas a nível federal nos EUA e também pelo facto de ter sido fundado pelo português Diogo Mónica, e uma das empresas mais avançadas do mundo na área das finanças descentralizadas, segundo a Indico Capital Partners.

Em Portugal, para além da regulamentação e acompanhamento dos supervisores, Banco de Portugal e CMVM, temos o exemplo do Millenniumbcp, que nomeou recentemente, um diretor para exercer funções nas áreas da sustentabilidade e criptoativos do banco, demonstrando assim, que a instituição financeira pretende ter um posicionamento futuro, face às moedas digitais, criptoativos e à tecnologia blockchain.

Por falar em moedas digitais, deveremos ficar atentos, aos estudos em curso no BCE, que poderão levar ao anúncio provável ainda este ano, do lançamento futuro do Euro Digital.

De acordo, com a Bloomberg, a China anunciou recentemente o lançamento da sua moeda digital (o Yuan em modo experimental), havendo outros países, em fase de consideração a par do BCE, como, os EUA, Austrália e Rússia e em modo de planeamento, países, como , o Reino Unido, a Suíça, a Índia e a África do Sul, entre outros.

Os impactos, serão vários, quer em termos, de modelo a seguir, ao nível de arquitetura de funcionamento da moeda, a função de intermediação dos bancos, os custos de financiamento associados, como por exemplo, destaca, o grupo de trabalho do BCE para o Euro Digital.

Gostaria de terminar, este artigo, respondendo pessoalmente, à questão inicial, a transformação do paradigma bancário já está em curso? Os factos e tendências em curso no setor financeiro, com a forte aposta na digitalização dos modelos de negócio e operação por parte da banca tradicional, apesar de ainda operar em diferentes níveis de sofisticação, contrastando com novos players de mercado e modelos de negócio disruptivos, irão levar-nos dentro de uns anos para um sistema financeiro totalmente digital, com pontos de interação físicos que potenciem especificamente a experiência personalizada do cliente.

Sim, a redefinição do paradigma do setor bancário está em curso e é uma inevitabilidade.

Com o apoio de askblue business & technology